

ATA 01/07-CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE

Aos 4 dia do mês de janeiro de 2007, tendo por local o Auditório da Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre, sito na Av. João Pessoa, 325, as 18:30 hs, realizou-se mais uma Plenária do Conselho Municipal da Saúde, tendo como pauta os seguintes assuntos: 1)Abertura, 2)Faltas Justificadas, 3)Apreciação e Votação da Ata 25/06, 4)Avisos, 5)Informes e 6)PAUTA PRINCIPAL: Prestação de Contas do Convênio ULBRA-IAPI. Estavam presentes os seguintes Conselheiros: **1)Oscar Paniz, 2)Nei Carvalho, 3) José Antônio dos Santos, 4)Rejane Haidrich, 5)Marta Marcantonio, 6)Riograndino de Oliveira, 7)Clodomar Freitas, 7)Maria Leticia de Oliveira Garcia, 8)Ione Terezinha Nichele, 9)Zilda de Moraes Martins, 10)Maria Encarnacion Morales Ortega, 11)Elen Maria Borba, 12)Heloísa Helena Rousselet de Alencar, 13)Nídia Albuquerque, 14)Carlos Alexandre Vargas de Andrade, 15)Maria Helena França, 16)José Carlos Vieira, 17)Luciana Zanetti, 18)Alberto Terres, 19)Paulo Henrique Rodrigues, 20)Maria Geneci Macedo da Silveira, 21)Lisia Hausen Gabe, 22)Renata Cristina Rocha da Silva, 23)Nauro Aguiar, 24)Maria da Graça Labrea, 25)Janete Nunes Soares, 26)Almerinda Rejane C dos Santos, 27)Maria Rejane Seibel, 28)Alair Rosinete Silva, 29)Pedro Gus e 30)Márcia Nunes.** Os Conselheiros Suplentes presentes eram os seguintes: **1)Angela Regina Groff Nuñez, 2)Paulo Goulart dos Santos, 3)Marco Antônio Lucas Rodrigues.** Justificou a sua não presença o Conselheiro Humberto Scorza. Na seqüência o Coordenador OSCAR PANIZ solicita ao Plenário se há alguma alteração a ser feita na Ata 25/06, entregue na Plenária passada. Nada havendo a mesma é colocada em votação, sendo aprovada por 20 votos favoráveis, nenhum contrário e 1 abstenção. Iniciam-se os informes e a Conselheira REJANE SEIBEL, representante da categoria dos Enfermeiros, trata sobre a questão das negociações salariais dos profissionais de enfermagem que trabalham nas Equipes de Saúde da Família. Diz que no início desta Gestão, na primeira negociação que se fez, com o Sr. Secretário PEDRO GUS, foi solicitado que quando houvessem reuniões, encontro dos enfermeiros, houvesse a liberação. Para nossa surpresa, e houve uma orientação neste sentido, porque os enfermeiros trabalham das 8:00 hs as 1700 hs, com intervalo de um, veio uma orientação da Rede de que não poderiam ser liberados. O Sindicato solicitou que pelo menos uma hora antes, eles fossem liberados, para deslocarem-se para a Assembléia. Foi mandado então para as Gerência de que não haveria esta liberação. Então, Sr. Secretário, gostaríamos de saber qual o seu posicionamento. Como a pauta foi enviada no dia 19 de dezembro, a gente está solicitando que haja um retorno, para possíveis negociações. Não havendo mais informes no momento, inicia-se a Pauta Principal, que é a Prestação de Contas da ULBRA. O Dr. NILSON MAESTRI, Diretor do Centro de Saúde do IAPI, será o responsável pela apresentação inicial. Por solicitação de alguns Conselheiros, pois o assunto foi proposto pelo Conselho, será feito um resumo inicial do porque desta Plenária. Inicia falando o Conselheiro NEI CARVALHO, membro da Comissão de Fiscalização e de uma subcomissão de Projetos, onde ao longo do ano viemos trabalhando firme, com muitas dificuldades, pelo pouco número de pessoas que tem participado. Dentre os Projetos que acompanhamos está o do acordo com o GHC e o Projeto com a ULBRA. O Projeto foi aprovado em fevereiro e ao longo do tempo a gente vem solicitando, conforme registros em atas, as prestações de contas, que sistematicamente não tem vindo. Faz uma descrição histórica sobre o acordo de cooperação técnica entre Secretaria de Saúde e ULBRA. As Prestações de Contas deveriam serem apresentadas de 4 em 4 meses, conforme registro na Ata 04/06. Como não éramos atendidos propomos o envio da solicitação de explicações através do Ministério Público. O Gestor então se compromete de

53 marcar uma pauta, convidando a ULBRA para tal discussão, o que foi marcado
54 para a data de hoje. Temos que ter a noção de que este Conselho não é um
55 balcão de aprovação de Projetos. É um espaço de discussão. Se manifesta a
56 Conselheira IONE NICHELE, reafirmando que pelo Convênio sabíamos que esta
57 Prestação de Contas deveria vir para cá. Para a prestação dos primeiros 4 meses
58 agendamos uma reunião com a Gerência, que não aconteceu, porque a ULBRA
59 não compareceu. Isso foi em 5 de maio. No dia 25 de maio marcamos uma
60 segunda Reunião com a presença do Coordenador da Comissão de Fiscalização
61 do Conselho, onde também a ULBRA não compareceu. Neste dia, em ata que
62 fizemos, está registrado que a ULBRA não iria comparecer nas discussões.
63 Posteriormente, em outubro, nova reunião foi agendada, e antes da plenária
64 acontecer veio a notícia de que a ULBRA não iria comparecer. Depois de tudo
65 isso conseguimos esta reunião, de hoje. Queria colocar algumas questões a
66 respeito do acordo de cooperação técnica. Eu já sugeri à este Conselho que nós
67 fizéssemos uma pauta, rediscutindo o nosso papel, qual é a nossa função, pois a
68 gente ouve, falando da ULBRA, que o Conselho não tinha que tratar sobre a
69 ULBRA. Em alguns momentos a gente tem que dar opinião, tem que aprovar, mas
70 tem outros momentos que não precisa. Nós não somos contra ninguém. Somente
71 queremos acompanhar o processo, para entender e saber se está tudo
72 funcionando. No convênio temos a cláusula 3.4, que trata dos exames radiológicos
73 e laboratoriais. A gente sabe que o IAPI já tinha uma fila enorme de exames, com
74 demanda reprimida, e temos conosco esta lista. Sabemos que a ULBRA trouxe 22
75 especialistas, já que a demanda aumentou. Queremos saber como ficou a questão
76 dos exames já que sabemos que a cota aumentou. Na cláusula 4.1, a questão do
77 número de consultas. No convênio fala de que em tres meses a ULBRA daria mil
78 consultas/mês e após estes 3 meses, 2 mil/mês. Nas primeiras conversas com a
79 Gerência ele disse que a ULBRA não estava cumprindo. Queremos saber como
80 ficou. Com relação ao item 4.4 sobre o relatório das atividades desenvolvidas,
81 que seria um relatório enviado à Secretaria. Queremos saber se isto aconteceu?
82 Se recebeu, se acompanhou. Na cláusula 7.1 da vigência do acordo de 12 meses.
83 Estamos chegando no final do Convênio e não se conseguiu enxergar como está
84 funcionando na realidade. A cláusula 8, que trata dos recursos financeiros, coloca
85 que não haverá despesas para a Secretaria da Saúde. Se ouve falar que a ULBRA
86 trabalha gratuitamente, sem ônus para a Secretaria, mas sabe-se que nada é de
87 graça. Tem um custo sim. E a cláusula 9, que deveria ser acrescentada, que ficou
88 aprovado aqui na plenária, não foi incluída. Trata justamente do Controle Social.
89 De 4 em 4 meses o Conselho Municipal receberia um relatório das atividades, para
90 poder acompanhar. Outra questão é o Plano de Trabalho. Sabemos que Porto
91 Alegre, na questão das especialidades, atende a própria Porto Alegre, região
92 metropolitana e outras regiões do estado também. No convênio fala que a ULBRA
93 atenderia somente Porto Alegre, o que não está acontecendo, pois está atendendo
94 a região metropolitana também. Também se questionou lá na época como seriam
95 feitas as agendas para o trabalho da ULBRA. A ANA, que está aqui presente,
96 respondeu pela Secretaria que seria tudo pela Gerência do IAPI, inclusive ela seria
97 a encarregada de fazer o agendamento, que seria pela Central de Marcação. A
98 gente sabe que existe uma agenda mas outra parte que a ULBRA está
99 agendando. Havia no começo uma combinação de quem estava referenciado para
100 o Hospital Independência seria encaminhado para o IAPI. Na sequência fala a
101 Conselheira ZILDA MARTINS, que diz que o que deve ficar bem claro é de que o
102 nosso relacionamento deve ser com o Gestor de Porto Alegre. A ULBRA está aqui
103 para fazer esclarecimentos. Queremos saber se existe faturamento dos
104 procedimetos. Como está a Referência e Contra Referência das unidades? Outra

105 questão é o fechamento das agendas de dezembro a março. Isto não consta no
106 Convênio. Os relatórios de produção estão sendo enviados ao Gestor, pois no
107 Conselho não está chegando. E outra questão que o Conselheiro POZZOBON na
108 época fez uma pergunta ao MARCELO MATIAS, se tudo o que a ULBRA atende
109 está dentro do Teto Financeiro de Porto Alegre. Encaminha então o Coordenador a
110 palavra ao Dr. NILSON MAESTRI, que passa a apresentar um resumo do que
111 aconteceu no período de março a dezembro. Diz que apresentará os principais
112 tópicos do acordo de cooperação técnica. No acordo a ULBRA se comprometeu
113 de nos primeiros 3 meses disponibilizar mil consultas/mês e após isso 2 mil
114 consultas/mês. Não havendo especificação por especialidades. No acordo há o
115 compromisso da ULBRA oferecer recursos diagnósticos e terapêuticos práticos.
116 Também não está especificado como é este compromisso e que recursos. Há
117 também o compromisso de apresentar um relatório mensal de atividades. Com
118 relação a Secretaria da Saúde, caberia o acompanhamento em relação as normas
119 do SUS. Os exames radiológicos e laboratoriais, demandados pelos atendimentos
120 da ULBRA estão dentro da cota de serviço, bem como a alta complexidade. Estes
121 são os 3 itens principais do acordo. A ULBRA realizou uma reforma física em
122 aproximadamente 700 metros quadrados, na área 20, que foram destinadas à
123 salas de aula e apoio pedagógico e 2 áreas foram reformadas para serviços
124 próprios da Secretaria da Saúde. Uma para o CUEST e outra para o NASCA. No
125 acordo fica estabelecido que isto fica incorporado ao patrimônio da Secretaria.
126 Com relação à assistência propriamente dita, hoje a oferta semanal é em torno de
127 300 consultas semanais, e em torno de um pouco mais de 1.200 mensais (descreve
128 as diversas especialidades atendidas e as quantidades de ofertas na semana).
129 Nos últimos meses a ULBRA tem oferecido 6 colonoscopias e 6 endoscopias
130 digestivas altas, semanalmente. As consultas realmente efetivadas ao longo do ano
131 foram de 5.252., resultando numa média de março até dezembro de 525
132 consultas/mês. Então temos uma defasagem do que está sendo ofertado, com o
133 realizado. Porque desta diferença? São 3 grandes causas. Primeiro que a oferta
134 inicial era potencial. Não estão computados feriados, afastamentos acadêmicos,
135 semana acadêmica, semana de provas. Em julho houve o afastamento de 10 dias
136 de férias. Então este é o numero potencial a real é sempre um pouco menor. Em
137 segundo lugar, o absenteísmo, que é em média de 20 a 30%. De cada paciente 1
138 não comparece. Por fim, um bom número de consultas não são agendadas, por
139 diversos motivos e o principal é de que em algumas destas especialidades não há
140 demanda reprimida, como nefrologia, dermatologia, cirurgia pediátrica, pneumologia,
141 etc... Não tem uma demanda reprimida para a complexidade do nível secundário,
142 para o Centro de Saúde. Existe uma demanda reprimida para o nível hospitalar.
143 Nós acreditamos que esta discussão baseada no número de consultas apresenta
144 alguns equívocos. Nosso grande nó, hoje, para várias especialidades, no IAPI e
145 vários lugares da cidade não é a consulta especializada mas é o desdobramento
146 da consulta, a resolutividade da consulta. O procedimento diagnóstico terapêutico.
147 Hoje um aumento maior de consultas no IAPI seria por um lado complicado, até
148 pela nossa capacidade operacional de garantir espaço ao pessoal da Secretaria
149 da Saúde e para boa parte destes atendimentos não há demanda na cidade. São
150 consultas paradoxalmente desnecessárias. Nós acreditamos que este acordo com
151 a ULBRA precisa ser reconsiderado, discutido, especialidade por especialidade.,
152 Cada especialidade aqui tem as suas especificidades. Não dá para se falar em
153 consultas especializadas, como se fosse algo homogêneo. Acreditamos que há a
154 necessidade de uma discussão entre a Secretaria da Saúde, técnicos da ULBRA
155 e Controle Social, para que se possa avançar neste acordo. Indo além da questão
156 assistencial. A ULBRA tem condições de levar atividades de pesquisa, de

157 educação permanente para nossos profissionais. O Conselheiro NAURO AGUIAR
158 solicita um aparte, dizendo que já que há um estrangulamento muito grande no
159 pós-consulta, não tem como a ULBRA entrar, colocar sua participação para
160 resolver um pouco mais a diante, a nível hospitalar. Retoma o Dr. NILSON,
161 dizendo que ao longo do ano ocorreu esta discussão e o resultado é esta oferta de
162 6 colonoscopias e 6 endoscopias, semanais. Nós vimos com interesse maior,
163 olhando pelo lado do SUS, é a garantia do procedimento do nível de maior
164 complexidade. O desdobramento da Consulta Especializada. Se pegarmos hoje a
165 nossa fila no IAPI, o grande volume é sempre em algumas especialidades como
166 ortopedia. O grande problema é a resolutividade. É o paciente que já passou pelo
167 urologista mas está lá com uma pedra no rin e precisa tirar a pedra. Temos que
168 deslocar um pouco esta discussão da consulta e partir para garantir um maior
169 número de procedimentos terapêuticos e diagnósticos. Na sequência fala o Dr.
170 GERALDO JOST, responsável pela ULBRA no IAPI. Inicia fazendo uma
171 retrospectiva da necessidade de se ter um Curso onde o profissional médico não
172 tivesse sua formação voltada somente para o Hospital mas também para a
173 comunidade. Hoje a Associação Brasileira de Ensino Médico preconiza que o
174 ensino do médico deve ser feito na comunidade e não no hospital. Conforme a
175 Associação Brasileira de Ensino Médico 1 paciente em cada 20 mil pessoas da
176 população, tem acesso a um Hospital Universitário como o da PUC, Clínicas,
177 ULBRA, etc.. Já 1 pessoa em cada 5 mil tem acesso a uma Unidade Básica de
178 Saúde. No IAPI não foi o primeiro Posto com o qual a ULBRA fez Convênio. A
179 ULBRA, desde 1998, desenvolve em Canela, todo o mês de maio, a Semana do
180 Bebe, Coordenada pelo Dr. SALVADOR CÉLIA. Inclusive este ano ele esteve
181 falando no Senado Federal, rendendo frutos ao FUNDEB, ensino básico infantil,
182 que toda a criança tem direito. O Curso se baseou nestas atividades de excessão,
183 a nível básico, para formar a sua Cadeira de Graduação Médica. O Curso
184 começou na época com um Convênio com a Prefeitura de Canoas, onde até hoje
185 estamos com o Posto da Vila União, depolis o Posto do Guajuviras e uma série de
186 outros pequenos postos que a gente assumiu, no atendimewnto médico naquela
187 comunidade. Depois disso se fez Convênio com o Hospital de Pronto Socorro de
188 Porto Alegre, de Canoas, com o GHC, com o Hospital Materno Infantil Presidente
189 Vargas, e também recentemente o Posto do IAPI. Nós quando pegamos o Posto
190 do IAPI, pegou-se uma área que nãoa tinha nada. Foi reformada às espensas da
191 Universidade Luterana. Tudo o que foi feito agora é da Comunidade. Aquilo foi
192 reformado para adequar ao ensino, as especificidades do ensino, mas também
193 para qualificar, como bem foi falado, o atendimento técnico que se presta quando
194 se está trabalhando com alunos da Faculdade de Medicina. Sempre se procurou,
195 da melhor forma possível, não na quantidade, mas na qualidade, dar um bom
196 atendimento. Podem perguntar para as pessoas que são atendidas lá, podem
197 perguntar para todas. Na maior parte das vezes, toda regra tem exceção,
198 procuramos dar um melhor atendimento. Pode-se não ter atendido quantidades
199 estabelecidas no Convênio, como disse o NILSON. As consultas lá são agendadas
200 via Central de Marcação. O Secretário aqui é testemunha que no início nós nos
201 propunhamos a sair do Independência indo lá para o IAPI. Só que, por pedido do
202 Secretário, continuamos nosso atendimento no Hospital Independência e
203 agregamos o IAPI ao Hospital. Aumentamos os Recursos Humanos para
204 conseguirmos dar conta dois postos de atendimentos vinculados à Prefeitura de
205 Porto Alegre. Não só atendíamos aquilo que estávamos atendendo, mas
206 aumentamos nosso atendimento. A ULBRA não ganha um tostão por quem é
207 atendido no IAPI. **Não ganhamos nenhum um valor do Ministério da**
208 **Educação para fazer estes** atendimentos. Para vocês terem uma idéia, quando

209 um Hospital é classificado como de Ensino, e a ULBRA não tem este título, este
210 Hospital ganha de 4 a 5 milhões de uma tacada só. Esta credencial é fornecida
211 pelos Ministérios da Saúde e da Educação. Vários Hospitais do RS tem. A ULBRA
212 ainda não tem porque faltam alguns pré-requisitos para ter. Ela exerce filantropia
213 nas mais variadas formas de atendimento que ela tem. É em Porto Alegre, em
214 Canoas, Gravataí, Cachoeira do Sul, várias localidades. Na verdade o que a gente
215 busca com este acordo? Dar um melhor atendimento à comunidade. Quem é que
216 ganha no final de tudo isso? A comunidade. Se não tivesse este acordo, alguém
217 estaria atendendo estes pacientes? Alguns pacientes foram levados pela
218 filantropia, para serem operados no Hospital Independência. Todos sabem que a
219 Prefeitura de Porto Alegre tem um teto financeiro para gastos na Saúde. Se ela
220 cede para a ULBRA, ela deixa de atender outro prestador. E muitas vezes nós
221 operamos pacientes filantrópicos, até por interesse acadêmico. Então isto tem que
222 ficar claro para a comunidade e para este egregio Conselho que o que nós
223 queremos é dar o melhor atendimento à Comunidade. Estamos aqui para
224 melhorar. Tivemos problema de computação no que tange ao número de consultas.
225 Não tínhamos estes dados muito reais. Agradecemos à este Conselho e ao Sr.
226 Secretário, Dr. PEDRO GUS, pela oportunidade desta Prestação de Contas e me
227 coloco à disposição. Na sequência, passa a palavra para a Dra. JOELZA
228 MESQUITA ANDRADE PIRES que coordena o Serviço de Proteção à Criança e
229 que passa a relatar ao Plenário o que é o Projeto. Após a apresentação o
230 Coordenador, OSCAR PANIZ, esclarece que este tema apresentado pela Dra.
231 JOELZA não estava na Pauta e foi um plus a mais para o Plenário e que
232 passaremos agora a receber questionamentos apenas sobre o Convênio da
233 ULBRA no IAPI. Inicia o Conselheiro CLODOMAR, os questionamentos, dizendo
234 que o que está se cobrando aqui hoje é o não comparecimento e prestação de
235 contas da ULBRA, quando foi chamada. Aqui nunca foi fechado nada para ela. A
236 ULBRA é que se escondeu dentro de sua casa, não querendo mostrar o que fez.
237 Aqui ninguém morde. Estamos lutando pela saúde da população. Eu acho que só
238 pecaram em não vir aqui prestar contas. Se manifesta o Conselheiro NEI
239 CARVALHO, dizendo esperar que até o final da Plenária seja apresentado o
240 Relatório de Produção da ULBRA, que não foi fornecido ainda à este Conselho.
241 Gostaria de saber se a ULBRA recebe pelos procedimentos executados, pelos
242 atendimentos. Alguém ganha sobre estes procedimentos. Não sei quem recebe.
243 Mas alguém ganha. Outra coisa. Este contrato realmente foi muito ruim. Este
244 acordo de Prestação de Serviços. Agora em fevereiro ele termina. Precisa ser
245 renovado e temos que discutir este outro. Fico surpreso quando a Instituição
246 Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a PGM, me fazem um contrato assim, no
247 qual não é possível se cumprir pois tem uma série de dificuldades. Quando o
248 NILSON diz que seriam apresentadas mil consultas e não se diz para que
249 especialidades, eu leio aqui no contrato, na página 4, no Plano de Trabalho, que
250 diz o seguinte: “serão oferecidas pela ULBRA 15 consultas mensais para cada
251 uma das seguintes especialidades” (descrito na pag.4 do Plano de Trabalho). A
252 própria questão de dizer: “há uma procura maior em uma área e menos em outra”,
253 é fácil de entender. Agora quero saber se a cidade não tem carência destas outras
254 consultas, as quais não estão sendo oferecidas. A lei 8080/90 diz que o Sistema
255 Público tem a obrigação de, através do SUS, fornecer o atendimento à população.
256 Em não tendo condições o serviço pode ser contratado, conveniado. Então
257 pessoal, todos estes contratos têm que serem cobrados da Prefeitura, através da
258 Secretaria da Saúde que gerencia o SUS. A ULBRA fez um contrato com esta
259 Secretaria e esta é quem deve prestar contas. Temos que deixar claro isto pois
260 senão ficamos batendo nas instituições erradas. Se a ULBRA não presta um bom

261 contrato é a Secretaria da saúde que tem que romper o mesmo, pois foi ela que o
262 fêz. Fala a Conselheira IONE NICHELE, dizendo que não estamos questionando
263 o trabalho da ULBRA, a sua capacidade. Estamos questionando um convênio,
264 escrito em um papel, que tem critérios, que tem condições, que a gente tem que
265 rever. O que é preocupante na ULBRA é sua relação com a comunidade, com o
266 Controle Social e até com a própria Secretaria. Houveram reuniões marcadas e a
267 ULBRA disse que não viria. Uma relação tem que ter respeito de ambos os lados.
268 Ela não está tendo respeito com a gente. Nos preocupa o encaminhamento daqui
269 para a frente Em fevereiro termina o Convênio. Qual o motivo de um menor
270 número de consultas? Primeiro, falta de divulgação ao público e para todas as
271 UBS. O que mais se fala nas UBS é como se faz para marcar. Esta faltando
272 gerenciamento. A comunicação na Rede Básica, como é que está? Tem reuniões
273 semanais, quinzenais. Como é feito isso se as Unidades não conseguem acessar?
274 Fala na sequência a Conselheira MARIA ENCARNACION, que faz uma
275 proposição de criar-se uma Comissão para avaliar este convênio, onde tenha
276 conselheiros de nossa Comissão de Saúde e também representantes dos
277 Conselhos Distritais, além, é claro, da Secretaria e da própria ULBRA. Fala a
278 Conselheira HELOÍSA ALENCAR, dizendo ser a segunda reunião em que eu ouço
279 da Secretaria a palavra “equivoco”. Concordo com o NEI, quando ele diz que o
280 texto deste Convênio é muito ruim. No convênio não falam a quantidade de exames
281 que vai ser oferecido pela ULBRA. Não fala sobre as férias, isso é um problema.
282 Se abre um serviço para melhorar o atendimento da população mas tem férias no
283 meio. Isso é um problema. Temos um serviço no Centro de Saúde Santa Marta,
284 sem Convênio assinado. E esse é o problema. A Universidade não tem o
285 compromisso com a assistência da população que o SUS exige. Temos uma
286 experiência maravilhosa na Unidade de Saúde Santa Cecília, que é um Convênio
287 com o Hospital de Clínicas e que não tem problema de recesso. O Convênio definiu
288 isso. Não tem férias para a população. Os compromissos não cumpridos. Porque
289 não se consegue ofertar as consultas que estavam programadas? A idéia de que
290 existe demandas não necessárias, ofertas que não tem demandas, quem planejou
291 isto? Foi a Universidade que definiu as especialidades pois era de seu interesse
292 oferecer aos seus alunos. Quem tem que fazer esta oferta de serviços é a
293 Secretaria da Saúde. Esse é um problema que não é culpa da ULBRA. Quem
294 fiscaliza isso? O Convênio também é omissivo em relação ao Controle
295 social. Fizemos uma discussão aqui e tinha sido assegurado para nós de que
296 que seria incluído um item sobre Controle Social., que não foi incluído. Na verdade
297 está na responsabilidade do Gestor de Fiscalizar, acompanhar, relatar o Convênio.
298 Fica o encaminhamento de criar-se uma Comissão tripartite com Gestor,
299 Conselho e ULBRA para avaliar este Convênio. Na continuidade se manifesta o
300 Sr. ANDRÉ, trabalhador em saúde no IAPI e membro da Associação de
301 funcionários da Secretaria da Saúde e do Sindicato dos Municipários. Diz que é
302 importante vir aqui colocar a posição dos funcionários pois quando este convênio
303 foi aprovado nos pegou de surpresa. Vim aqui no conselho e denunciei que a
304 ULBRA estava transferindo pacientes do Independência para o IAPI. O Gestor
305 não sabia. Se coloca aqui que não há recursos envolvidos, que não se gasta nada.
306 Será verdade? Recentemente o Posto tinha sido todo reformado com dinheiro do
307 Orçamento Participativo. A ULBRA parou de atender muitas especialidades lá no
308 Independência, passou para o IAPI, usando mão de obra do Posto. Usando luz e
309 água do Posto. Ela diz que reformou uma área para usar como salas de aula para
310 os alunos dela, mas consegue reduzir custos, na medida que gasta menos. A
311 ULBRA não vai parar de dar as aulas, é uma necessidade dela, e infelizmente
312 ela apresenta a dinâmica. A aprovação era urgente pois tinha que começar as

313 aulas. Tudo era urgente pois é a necessidade era da ULBRA. Nós trabalhamos
314 marcando consultas e se tivessem perguntado nós iríamos dizer que não tem
315 demanda para nefro, para dermat, para não tem eco suficiente para aquela
316 região, não tem demanda na endócrino. Seria mais fácil a gente ver o que
317 acontece na Central de Marcação, que é uma locura. Tem semana que marca,
318 semana que não marca. Então, quero colocar para vocês que, tem uma questão de
319 fundo que deve ser tratada. Quando a gente tem carência, e há carência em todas
320 as unidades, a gente deve procurar parceiros confiáveis. Se temos parceiro que
321 tem por finalidade o lucro, ele não é confiável. Nós vamos passar o ano inteiro
322 dizendo que a ULBRA não nos deu relatório, fez isso, não fez aquilo, e vai
323 continuar fazendo porque não vão fazer acordo nenhum. Fala na sequência o
324 Conselheiro ALBERTO TERRES que diz que o que se vê, conversando com os
325 trabalhadores da área da saúde, pois vamos em várias Unidades e aquelas
326 Unidades que tem hoje a ULBRA, a PUC, trabalhando, a conversa que nós temos
327 com os trabalhadores hoje, não é um mar de rosas. Existem reclamações dos
328 trabalhadores, em função desta convivência de dois regimes que acontecem
329 dentro das Unidades. Ela não é uma relação que venha a beneficiar os usuários.
330 Com certeza existem problemas nesta relação funcional. Temos que
331 entender também que temos ai dois lados. A Universidade que tem seus
332 interesses e de outro tem os interesses dos usuários e dos trabalhadores. Se os
333 trabalhadores reclamam hoje desta terceirização do serviço os usuários também
334 reclamam, porque está aqui a prova de que não estão sendo bem atendidos. Não
335 podemos deixar que trabalhadores concursados sejam substituídos por
336 funcionários de universidades. Esta terceirização que leva à privatização dos
337 serviços. No Relatório Trimestral passado o Conselho rejeitou e um dos itens
338 rejeitados foi exatamente a falta de funcionários. Técncos de Enfermagem,
339 Auxiliar Administrativo. A partir do momento que se passa a analisar este tipo de
340 relação esta se necessitando então de que a Prefeitura venha a fazer concurso .
341 Pelo que eu sei, no horizonte da Prefeitura, previsão de concurso para servidor
342 público. Não podemos ser substituídos por alunos que não estrão dando conta do
343 recado. Acho que temos que rediscutir isso e saber o que realmente queremos. Se
344 é esta terceirização dos serviços e a não contratação de ser vidores através de
345 concurso público. Na continuidade alerta o Coordenador OSCAR PANIZ, que na
346 próxima plenária de 18 de janeiro haverá a apresentação do Relatório de Gestão
347 do Terceiro Trimestre de 2006 . Quemn não recebeu o Relatório fazer a
348 gentileza de entrar em contato com a Secretaria do Conselho para que receba e de
349 preferência, que também o leia. Fala a Conselheira ZILDA lembrando que quando
350 o Convênio foi discutido, em marços passado, solicitou que fossem incluídas
351 outras disciplinas, além da medicina, porque a integralidade da saúde é um
352 preceito legal. Seguem as manifestações e a Conselheira MARIA HELENA
353 FRANÇA, que em colaboração a tudo o que foi dito afirmar uma coisa que ficou
354 latente em tudo o que foi dito, que se ignorou uma vez mais o Controle Social.,
355 pois Conselhos Locais, Distritais e mesmo o Conselho Municipal de Saúde. Aqui
356 é o fórum para se discutir tudo em relação a saúde. Isso esta na Lei do SUS. As
357 pessoas estão cada vez mais ignorando, estão fazendo acordo, que depois so
358 vem, ao invés de colaborar, destruir aqueles outros que conseguem. Acho isso o
359 cúmulo. Retomando o Coordenador afirma que conforme afirmou o Dr. NILSON
360 deverá haver uma revisão do Convênio. Vamos ver como encaminharemos isso.
361 Para suas considerações finais e encaminhamentos se manifesta o Dr. GERALDO
362 JOST, da ULBRA, dizendo que todas as vezes que foram convocados, e se não
363 puderam comparecer, foi certamente por algum compromisso que estava
364 anteriormente marcado e não pode ser desmarcado. De qualquer forma pedimos

365 desculpas pela Universidade, pois não é nossa intenção faltar. Nós, como disse o
366 primeiro colega Conselheiro, que não está mais aqui, não temos medo de vir aqui
367 ou em qualquer outro local. Estamos a disposição das Senhoras e dos Senhores
368 para prestar esclarecimentos. E para colocar sobre os interesses, dos
369 funcionários, da ULBRA, como foi colocado. Para nós o interesse maior é da
370 comunidade. Se por acaso não estivermos lá amanhã, certamente estaremos em
371 algum outro lugar, procurando prestar um bom atendimento à população. Nós
372 levamos para lá nada menos do que 24 especialidades. A questão da demanda, do
373 numero que está sendo atendido. Nós tivemos problemas burocráticos com a parte
374 de informática, mas já se acertou no final do ano. Esperamos, se renovarmos o
375 Convênio, mandar mensalmente os relatórios. A ULBRA não ganha um centavo
376 com o atendimento. A contra partida é o campo de estágio dos seus alunos. Com
377 relação ao recesso de férias, realmente Temos que dar férias ao Corpo Docente.
378 Lá além de termos os alunos, temos médicos, professores da Universidade. No
379 Hospital Independência, conseguimos assegurar este atendimento. É que
380 realmente dobrou o atendimento e este ano não conseguimos ofertar maior
381 número de profissionais para ter este atendimento. Isso já vem sendo plenamente
382 negociado para que, sendo refeito o acordo, se tenha profissionais para atender,
383 inclusive no mês de fevereiro. Mais uma vez espero ter respondido as dúvidas.
384 Intervém o Conselheiro NAURO AGUIAR, dizendo que foi feita uma acusação
385 grave, dizendo que a ULBRA estaria passando o “171” pois ela tira pacientes do
386 Independência para serem atendido. É uma acusação grave que precisa ser
387 respondida. Responde o Dr. GERALDO, dizendo que o agendamento do IAPI é
388 feito via Central de Marcação. O atendimento do Hospital Independência também
389 é feito via Gestor Público. Não desviados papeis pelo Independência para o IAPI.
390 Intervem o Sr. ANDRE da Associação de Funcionários dizendo ter comprovantes
391 disso. Retoma o Dr. GERALDO dizendo que no começo do ano de 2005 se
392 pretendia fechar parte do atendimento no Independência e transferi-lo pra o IAPI,
393 mas a pedido do Secretário de que não fechassemos o atendimento no Hospital o
394 que foi feito, continuamos o atendimento no Hospital Independência. Quero deixar
395 claro que nós temos o maior interesse em atender. Temos interesse em renovar o
396 Convênio. Mais uma vez peço desculpas, em nome da Universidade, se alguma
397 vez se faltou com os detalhes de relatórios. Certamente, quando pairar dúvidas,
398 nos estaremos a disposição para vir a outras reuniões e da melhor forma possível.
399 Se o Conselho assim determinar, de renovarmos o Contrato, mais uma vez, quem
400 sai ganhando é a comunidade de Porto Alegre. Se vocês fizer a pergunta para
401 vocês mesmos, se estes mil pacientes não forem atendidos pela ULBRA, quem vai
402 os atender? Eu não saberia responder. Se pronuncia o Dr. JOÃO PAULO
403 FAGUNDES, Gerente Distrital, dizendo que temos que lembrar de informações
404 importantes como que o Postão do IAPI tem 18 mil metros quadrados. Neste posto,
405 a 20 anos atrás, trabalhavam mais de 500 médicos, que foram se aposentando. Ao
406 longo destes anos todas as dificuldades de reposição apareceram. Tínhamos 18
407 mil metros quadrados, com poucos médicos. Foi feita uma reforma nestes 18 mil
408 metros quadrados, como disse o ANDRÉ. A área de 700 metros quadrados que a
409 ULBRA ocupou não havia sido reformada. Se está havendo problemas neste
410 casamento da ULBRA com a Secretaria da Saúde, quem conhece um casamento,
411 sabe muito bem que nem sempre dá certo, entre um homem e uma mulher.
412 Fizemos um casamento com um monte de gente de um lado e um monte de gente
413 de outro. Tem que haver aperfeiçoamentos? Claro que tem. Dá problemas? Claro
414 que dá problemas. Vamos tentar melhorar? Para isto estamos aqui. Temos que
415 aperfeiçoar. Inclusive, dados deste acordo não satisfazem nem a ULBRA, também.
416 O negócio é bom quando o é para os dois lados. Agora, tem funcionários sendo

417 maltratados? Existem mau relacionamento entre os nossos funcionários. Vamos
418 aperfeiçoar. O Coordenador solicita à Conselheira HELOÍSA ALENCAR que
419 reafirme a sua propoosta. Diz ela que a sua proposta é o motivo da reclamação
420 do Conselho. Já que ele tem várias falhas, que o Termo Aditivo dê conta de
421 corrigir isso. Para isso é importante que o Conselho participe desta discussão de
422 elaboração. Esse é meu encaminhamento. Que se monte uma Comissão, um
423 Grupo. Que venha para cá antes de ser assinado e não aconteça o que
424 aconteceu antes, que aprovamos uma coisa e foi escrito outra. O Coordenador
425 dialoga com o Secretário e combina-se que o Conselho enviará ao Gabinete o
426 nome dos Conselheiros que se agregarão ao Grupo que discutirá as alterações
427 deste Convênio com a ULBRA. O Conselheiro NEI solicita esclarecimentos. Diz
428 que quando fala em relatório de produção eu não falo em numeros e sim de
429 valores. O Sr. Secretário pergunta ao NEI se estes valores é dinheiro. Lhe
430 confirma o NEI que sim. Responde-lhe o Dr. PEDRO GUS que não é pago nada.
431 Pergunta então o NEI porque o Dr. MARCELO MATIAS disse à época, que tudo
432 isso está dentro do teto de Porto alegre. Diz-lhe o Secretário que, por exemplo,
433 exames solicitados pela ULBRA, têm de serem pagos, mas quem é atendido não
434 tem pagamento nenhum. A troca que existe é uma troca de área, luz, a
435 infraestrutura que tem lá, que nós cedemos. A ULBRA entra com o pessoal. Não
436 há pagamento algum. Para encaminhamentos a Dra. LIZIA MOTA, confirma que
437 o encaminhamento que está se dando é o de criação desta comissão paritária, com
438 representantes do Controle Social, como o Conselho Distrital da Noroeste. Já
439 anotamos muitas contribuições hoje, aqui, e gostaríamos que os Conselheiros que
440 não estão se manifestando encaminhassem por escrito suas sugerções, se
441 tiverem. No encaminhamento da Plenária o Vereador COMASSETO se manifesta
442 dizendo que passamos 2005 e 2006 cobrando insistentemente que o Governo
443 Estadual nos prestasse contas dos repasses dos recursos do governo estadual,
444 da saúde, para Porto alegre. Não conseguimos receber nenhuma informação.
445 Inclusive nas prestações de contas o próprio Secretário PEDRO GUS, como os
446 demais, também disse que tem dificuldades de receber este repasse. É um tema
447 que queremos recolocar para 2007. Outra questão é a respeito do Convênio feito
448 entre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e a Associação Hospitalar Moinhos de
449 Vento, sobre a Construção do Hospital da Restinga e os PSFs na região. Sobre
450 este tema fomos convidados para uma audiência pública, no dia 5 passado, no
451 Ministério Público, com a Dra. ANGELA, onde foi feita uma agenda de um conjunto
452 de pontos para serem conduzidos. A utilização dos 450 mil reais que estava
453 orçado no recurso de 2006 para não serem perdidos e serem construídos 2
454 PSFs. Um no Chapeu do Sol e outro no Núcleo Esperança, bem como a
455 recondução daquele Convênio pois o seu Plano de Metas não esta sendo cumprido
456 pois agora deveria estar-se inaugurando a estrutura do Hospital. Esta é uma
457 agenda que foi acordada lá e este Conselho deve-se envolver nesta
458 reorganização, bem como na sua efetivação. Por último gostaria de prestar uma
459 informação pois há muitas controvérsia. O Hospital Moinhos de Vento nunca
460 deixou de ter a filantropia. Ele renovou agora em 2006 até o final de 2007.
461 Também, sobre o Decreto assinado pelo Presidente da República, no dia 18 de
462 setembro, necessita ter uma complementariedade da sua regulamentação. E o
463 Moinhos de Vento irá sentar lá, com o Grupo de Trabalho, para fazer a
464 regulamentação. Portanto a filantropia a partir de agora, depende de um Projeto,
465 que atenda a sociedade, que possa prestar contas à sociedade. Por último
466 gostaria de dizer que assumi no último dia 2 de janeiro, a presidência da
467 Comissão de Direitos Humanos, Acesso a Terra, Defesa do Consumidor e
468 Segurança, substituindo o colega TODESCHINI e colocamos aquela Comissão

469 para dialogarmos e debatermos sobre estes temas na cidade de Porto Alegre.
470 Muito obrigado. Retorna o Vereador COMASSETO para lembrar que o Ministério
471 Público já deixou marcado para o dia 27 de fevereiro uma nova audiência para
472 dar desdobramento sobre o tema Hospital e Saúde na Restinga. Fala o
473 Conselheiro ALBERTO TERRES, que em função de denúncias neste Conselho de
474 más condições de trabalho no Centro de Saúde Cruzeiro do Sul, a questão do
475 Raio X e outras tantas, o Sindicato dos Municípios, dos Farmacêuticos, dos
476 Psicólogos, Enfermeiros, Sindisaúde. Fizemos um ato no último dia 21, em frente
477 ao Cento de Saúde da Cruzeiro. Um ato em defesa daquele Centro e do
478 atendimento da Comunidade Gostaríamos de ver com a Secretaria, com o
479 Secretário, de que forma poderíamos dar conseqüência à isso, até em função
480 das denúncias que foram feitas aqui. O que nós podemos melhorar, para que não
481 fique simplesmente uma denúncia no Conselho Municipal e o Ato na frente à
482 Unidade. Outra questão é sobre o Ato Público realizado na última quinta feira
483 enfrente ao HPS, em função do Decreto assinado pelo Prefeito, que regulamenta
484 as horas extras. Ele está ocasionando um verdadeiro caos, principalmente na
485 área da saúde, porque vários setores não sabem como cumprir o Decreto. Tivemos
486 uma reunião com o Governo e ele disse que o Decreto vale para todos os
487 servidores. Isso poderá ocasionar um prejuízo ao atendimento dos usuários e até
488 aos próprios funcionários. Gostaríamos de uma posição do Secretário, sobre como
489 vai ficar isso. Se manifesta a Conselheira HELOISA ALENCAR, que solicita um
490 esclarecimento em função de ter recebido um material gráfico (anexo à Ata). Me
491 chamou a atenção pois é um material institucional, entre aspas. É um papel caro,
492 que na verdade é uma propaganda institucional e pessoal. Gostaria de saber se
493 isto é possível e se não cabe, e temos vereadores presentes, uma averiguação
494 melhor. Na continuidade fala o Vereador CARLOS TODESCHINI, que referindo-se
495 ao que a HELOÍSA diz que é necessário se examinar para ver se está entre o
496 público e o privado, o interesse. Diz também trazer duas preocupações. A primeira
497 é em relação ao Controle de Zoonoze. Estava na Restinga e me mostraram, na
498 parada de ônibus, a quantidade de carrapatos, que é uma coisa fora do controle.
499 Os animais, os cães. Isso parece que está generalizado. Aliás, a sujeira da cidade,
500 o lixo espalhado, estão criando quantidade de roedores, insetos, mosquitos, fora
501 do controle. Isso é de interesse geral pois é saúde pública. Acho que o Conselho
502 tem que tratar deste assunto. A outra questão, Dr. PEDRO, solicito
503 encarecidamente que o Sr., como Secretário da Saúde, e aqui o Conselho
504 também tem a vigilância sobre isso, que é uma análise mais rigorosa e mais
505 detida sobre a questão da qualidade da água, para o consumo humano em Porto
506 alegre. Porque isso? Soube agora que teve uma mortandade de peixes no
507 Guaíba. O principal manancial que abastece Porto Alegre é o Rio Gravataí.
508 Sabemos do problema da poluição orgânica, que é o problema dos dejetos, mas
509 sabemos que foi lançada uma quantidade gigantesca de cromo, responsável
510 também pela mortandade de peixes. Tenho recebido reclamações na Câmara,
511 principalmente do Sistema Lomba do Pinheiro, que não dá para dizer que é água
512 potável. E também a intermitente falta de água, que esta acontecendo, também
513 coloca em risco todo o Sistema. Isso não acontecia antes. Por isso é bom
514 redobrar os cuidados de análise. Fala o Dr. THIAGO DUARTE, que dirige-se ao
515 Conselheira HELOÍSA ALENCAR e solicita que a mesma preste esclarecimentos
516 de quem está acusando para que se possa tomar todas as medidas cabíveis, até
517 no sentido de investigar. A Sra. levantou um problema. Quero salientar que este
518 boletim foi feito com recursos próprios, com recursos dos Coordenadores da
519 Unidades da Restinga, por solicitação dos nossos Conselhos. O timbre da
520 Prefeitura é de uso público. Se a Sra. não sabe disso, se a Sra. tem alguma

521 denúncia ou alguma dúvida, ou alguma coisa a levantar contra qualquer uma das
522 pessoas ou contra esse que vos fala, que a Sra. faça publicamente para que se
523 possa investigar e para que também a Sra. possa ser responsabilizada, civil,
524 penalmente ou o que for necessário. Fala o Conselheiro VIEIRA, cobrando o
525 encaminhamento que foi tirado na última Plenária, sobre a Lavanderia Hospitalar
526 Industrial, que está sendo instalada na Estrada do Lami. Esta discussão não pode
527 se alongar muito pois quando alguém for lá, já pode ser tarde. Também diz o
528 Conselheiro VIEIRA que a pauta colocada pelo Dr. THIAGO, o seu Conselho
529 Distrital não foi consultado. O Coordenador, OSCAR PANIZ, diz, sobre a
530 Lavanderia Industrial, que na verdade no dia seguinte deveria ter-se
531 providenciado o que foi combinado mas não o foi, mas que amanhã, faremos os
532 encaminhamentos propostos, como por exemplo correspondência para a SMAM.
533 Encaminhando o último assunto da Plenária, que é sobre o Projeto de Prevenção
534 de Gravidez na Adolescência, o Coordenador OSCAR PANIZ diz que este tema
535 foi tratado na última Plenária onde combinou-se da criação de um Grupo de
536 Trabalho, que neste fim de ano, por motivos óbvios, ainda não foi ativado. O
537 mesmo se encarregará da revisão do Projeto. A Plenária decidiu isso. Votou. No
538 dia 27 ou 28 recebemos um documento que não sabíamos se era um convite ou
539 uma comunicação, mas dizia que no dia 3 de janeiro, as 14Hs haveria uma reunião
540 na Restinga, sobre este tema dos implantes e lá eu, como Coordenador do
541 Conselho, compareci. Foi-nos solicitado para que na Plenária de hoje pudesse
542 haver alguma manifestação de representantes da Restinga, sobre o assunto pois
543 eles não gostariam que o Projeto fosse interrompido, como o foi pela Dra. LIZIA,
544 através de e-mail, conforme decisão da Plenária de 21 de dezembro. Alertamos
545 que já havia Pauta definida e que não iríamos transformar este assunto em
546 Pauta, mas que concordaríamos sobre a manifestação e é o que estamos fazendo
547 agora. Alertamos que ouviremos no máximo duas pessoas pois este assunto já
548 tem seu encaminhamento. Fala a Dra. LIZIA MOTA, esclarecendo sobre a
549 constituição da Comissão. Diz que recebeu a indicação dos 2 Conselheiros.
550 Encaminhamos para a Assessoria de Planejamento, que indicará 2 servidores, um
551 da Saúde da Mulher e outro da DST-AIDS. A indicação da Coordenação de Rede é
552 o Dr. THIAGO. O Grupo será coordenado por mim. Nos vamos recompor algumas
553 sugestões. Estou aguardando as indicações do Conselho Estadual dos Direitos da
554 Mulher e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher que gostaríamos que
555 fossem indicados os nomes pois foi uma solicitação quando estivemos na
556 Audiência Pública, promovida pelo Conselho Estadual da Mulher. Na verdade não
557 houve nenhuma intercorrência em função do ano novo, mas sim atraso na
558 indicação de alguns nomes. Fala a Conselheira REJANE, solicitando uma questão
559 de ordem. Referindo-se a Ata anterior, que será votada na próxima Plenária, mas
560 que está muito claro que foi feita uma votação, após uma discussão, que foi o
561 encaminhamento deste Conselho, que se trouxesse a discussão deste Projeto,
562 que não passou pelo Conselho, e que foi aprovado por 19 a 2. O que esta
563 Plenária tem que discutir agora é se vai haver este encaminhamento, pois a
564 Plenária é soberana. Fala na seqüência a JANETE, trabalhadora em saúde,
565 Agente Comunitária, na Restinga, dizendo, em primeiro lugar, respeitar a decisão
566 dos Conselheiros, porque estas pessoas se reúnem à noite, vem cansadas do
567 trabalho para discussão. O que a gente está questionando é uma decisão
568 tomada sem ouvir as pessoas que foram beneficiadas, as que vão se beneficiar,
569 em uma comunidade carente. Esse é o meu questionamento. Não podemos ficar
570 decidindo. Temos que escutar, para depois tomar uma decisão. A discussão tem
571 que passar pela comunidade e depois as pessoas decidirem se este é o método
572 mais claro. Não passou pelo Conselho e é algo que realmente deveria ter passado.

573 A gente viu que realmente era um benefício para nossa comunidade. Sobre o
574 Implante, foram colocadas várias causas. Por exemplo é uma ONG que somente
575 tem 6 meses. Está-se questionando a honestidade da ONG. Quem tem que dizer
576 isso são vocês. Gostaria que vocês olhassem bem para a comunidade. Estou
577 vendo gente do Lami aqui reclamando. O que eu vejo naquele posto do Lami,
578 muito melhor do que a Restinga. O Dr. THIAGO que me perdoe, tem ido muito
579 mais coisas para lá. Quando tem algo bom para a Restinga é retirado. Acho que
580 tem que fazer a discussão sim, mas enquanto isso não privar estas adolescentes.
581 Elas estão sendo esclarecidas. Usar ou não usar o Implanon é a consciência, é a
582 educação, é a cultura. As pessoas têm que aprender que a camisinha tem que ser
583 usada até por casais, porque as doenças estão aí. O trabalho do Agente
584 Comunitário é exatamente isso, de reforçar o uso do preservativo do Agente
585 Comunitário, da mãe, do pai, do companheiro, da companheira. Isso, vocês me
586 desculpem, não poderia ser dado como uma das desculpas para que se
587 interrompa o processo. Gostaria que vocês olhassem para a gente, lá, com carinho,
588 não como uma coisa pessoal, uma briga pessoal. Nós não queremos estar no
589 meio de uma briga pessoal. Olhem para a nossa comunidade. Vocês vejam a
590 carência, vejam mães, mulheres que não tem a oportunidade de ficarem 3 anos
591 planejando para terem um filho. Que vão poder planejar para dar uma vida. Então,
592 por favor, deixem a gente continuar com o processo. Pensem com carinho, com
593 respeito. Muito obrigado. Neste momento o clima da Plenária fica muito acirrado
594 levando o Coordenador a alertar que se for necessário encerrará a mesma.
595 Registra que a comunidade da Restinga não tem se feito presente nas Plenárias
596 deste Conselho e nem tampouco justificado e também diz o Coordenador que não
597 permitirá que se baixe o nível aqui neste ambiente. Lembra o Coordenador que
598 participou da reunião do dia 2 de janeiro, na Restinga, tentando explicar que
599 ninguém é contra o método. A nossa contrariedade é pelo Conselho Municipal de
600 Saúde não ter participado ou mesmo sido informado da existência do Projeto.
601 Afirma o Coordenador OSCAR PANIZ que concorda que a Plenária é soberana,
602 mas ela também tem que respeitar quem vem diariamente administrar o Conselho.
603 Questiona à Plenária, o Coordenador, se vamos manter a decisão da Plenária
604 anterior ou vamos atender a reivindicação dos representantes da Restinga, que se
605 eventualmente votarmos favoráveis a sua proposta, a partir de amanhã,
606 continuarão a aplicar o implante. O Coordenador diz que abrirá para
607 encaminhamentos. O Conselheiro VIEIRA esclarece que foi colocado que este
608 assunto seria discutido aqui na Plenária. Ninguém foi contra o implante como as
609 pessoas estão colocando lá na região, como eu e a MARIA HELENA votamos
610 contra. Nós somos contra a maneira como estão implantando, sem convidar nós,
611 do Conselho Distrital do Extremo Sul, para participar das reuniões. Se manifesta
612 o Conselheiro NEI CARVALHO, dizendo que foi importante quando a
613 representante da Restinga esteve aqui e foi clara quando ela colocou o respeito
614 sobre as decisões do Conselho. Não podemos transformar isto aqui em um balcão
615 de aprovação, sem discussão. Temos que respeitar as decisões. Ela pode não ter
616 sido a melhor. Podemos até discutir. Agora, houve uma votação e tem que ser
617 garantido isso. Quem é que vai dar credibilidade a um Conselho que vota uma
618 matéria numa reunião e depois desfaz esta mesma na outra. Então a idéia é
619 manter a discussão da Comissão que foi aprovada aqui e inevitavelmente trazer
620 este processo para cá, como pauta do Conselho. Se pronuncia o Conselheiro
621 CARLOS ALEXANDRE VARGAS, representando a Restinga, que desculpa-se,
622 inicialmente, por não estar presente em outras reuniões anteriores. Eu concordo
623 sim que este Projeto do Implante teria que ter sido mostrado aqui. Foi erro deles.
624 Agora eu não vou dizer se é bom ou não, porque não sou técnico. Sou

625 Conselheiro. Eu quero o melhor para a minha região. Uma coisa que eu nunca fui,
626 em toda a minha vida, nunca fui partidário, fui povo. Eu sou comunidade. Saí do
627 Partido que estava para ser comunidade. A Comissão deve continuar, se reunir,
628 fazer seu trabalho, mas ao mesmo tempo estou solicitando à vocês que liberem
629 aqui, hoje. Errar é humano. Hoje, na Restinga, temos 75% de gravidez prematura.
630 Adolescentes de 13, 14 anos estão grávidas Isso não é somente lá, é de uma
631 maneira geral. Esse medicamento custa mil reais na farmácia. Demorou 10 anos
632 para ser implantado nos Estados Unidos. Foi o que mais deu certo lá. Eu faço
633 segurança e vou nas festinhas e vejo o que acontece. Estou defendendo a
634 Restinga. Estou defendendo a Cruzeiro. Não sou técnico, como é que vou avaliar.
635 Vou deixar para a Comissão analisar a parte técnica. Se a Comissão disser pára,
636 nós vamos saber porque parou. Não dá para votar sem consciência nenhuma.
637 Muito obrigado, pessoal. Seguem as manifestações e o Conselheiro NAURO
638 AGUIAR se manifesta e diz, como ginecologista, em relação a esta atitude que o
639 Conselho tomou na Plenária passada. Não estava na pauta o tema e é uma coisa
640 que levo em consideração. Um assunto de tamanha importância, retirado de um
641 informe e se tornado uma pauta. A gente sabe que hoje, de cada 5 grávidas, uma
642 é adolescente. Então 20% das grávidas são adolescentes, senão mais. Atendi, a
643 poucos dias, uma menina de 13 anos que chegou para fazer pré-natal já com
644 uma cesárea. Já tinha feito uma cesárea e para um novo pré-natal. A
645 disponibilidade de mais um método não elimina as falhas do Sistema. O Sistema
646 não é perfeito. Falta a injeção trimestral, falta. Eu sinto a falta. Falta
647 anticoncepcional, falta e eu sinto a falta deles. Temos pacientes que são carentes
648 e não vão poder pegar no Posto e não tem disponibilidade de pagar. Então, é mais
649 um método disponível. Se é só para um segmento. Se é só para a Restinga,
650 paciência, é alguma coisa a mais que a gente tem. Todos nós sabemos que a
651 saúde é insuficiente. Eu acho que o Conselho, na minha opinião, pisou na bola
652 naquele dia, transformando um assunto de extrema importância em pauta. Qual é
653 o problema de usarmos este método por alguns meses. São conhecidos seus
654 efeitos colaterais, do uso desta medicação. É uma coisa científica, técnica. Então
655 não haveria nenhum problema de continuar. Eu me lembro que haviam duas
656 propostas. Eu votei na Segunda, que era a de manter. Então, transformar informe
657 em pauta, uma coisa tão importante, temos o reflexo aqui. O reflexo da
658 comunidade, que se vê privada, neste momento, de evitar que, pelo menos,
659 algumas adolescentes fiquem grávidas. É isto que nós temos que pensar. Em
660 relação a AIDS e DSTs, os Programas continuam. Ninguém chegou aqui, dizendo
661 que iam acabar com todos os Programas. O resultado na minha ótica, de
662 ginecologista obstetra, não foi positivo. O Coordenador OSCAR PANIZ, em relação
663 ao fato de se trazerem informes e os mesmos se tornarem pauta, na sua opinião,
664 bem particular, isto muitas vezes tem um misto de imaturidade e malandragem,
665 para nos pegar no contrapé. E esta questão de que a Plenária é soberana, mas
666 antes de ela existir tem alguém que a organiza, que é o Núcleo de Coordenação, e
667 tem que ser respeitado. E realmente naquele dia virou pauta e não é por culpa da
668 mesa, seja desta ou de outras. Repito isto acontece muito por falta de maturidade
669 dos Conselheiros e até mais por esperteza, e isto não significa que haja maldade.
670 Nossa idéia é colocarmos no Regimento de que informes para entrarem em pauta
671 têm que serem informados no dia anterior. Fala a Conselheira HELOISA
672 ALENCAR, que inicia dizendo também que questões como informe sobre o Ato
673 Médico, viram pauta. Diz a HELOISA que o Conselho jamais, e somente quem
674 não participa das reuniões deste Conselho pode achar que a gente não se
675 preocupou com a gravidez na adolescência. Este é um tema que é pauta freqüente
676 em tudo que é reunião. Então a gente se preocupa sim. E é tão preocupante que

677 virou pauta na reunião passada. E o equívoco começou quando não foi pautado
678 neste Conselho. Esse foi o problema. O que a JANETE disse, concordo
679 plenamente com ela. Que a população tem que discutir, que o Conselho é o
680 representante de todos os representantes que formam o SUS, usuários,
681 trabalhadores, gestores, prestadores. Sou trabalhadora e me preocupo com isso,
682 pois vejo isso diariamente em meu trabalho. A anemia Ferropriva veio parar aqui
683 para se discutir e aprovar. Porque este não veio aqui para discutir e aprovar?
684 Onde está a Equipe Técnica da ASSEPLA, da Saúde da Mulher, onde não
685 passou isto aqui. Porque que não passou? Porque nós temos responsabilidade. A
686 gente não é Conselheiro somente para fazer bonito. Conselheiro é alguém que vai
687 discutir o Projeto e vai dizer sim, é legal. Vamos ajudar a divulgar, a trazer mais
688 gente. Este é o nosso papel. Ninguém é contra. Se votamos contra foi porque
689 exigimos conhecer o Projeto. Este Conselho é responsável pela saúde de Porto
690 Alegre. Ele não é para uma região da cidade. É para toda a cidade. O
691 Coordenador, OSCAR PANIZ, **encaminha à Plenária a Proposta de que se**
692 **mantenha o resultado da votação da Plenária de 21 de dezembro de 2006, que**
693 **foi pela suspensão temporária da aplicação do Projeto de Prevenção da**
694 **Gravidez na Adolescência, através do medicamento Implanon, até que o**
695 **Grupo de Trabalho que foi constituído revise o mesmo, ou, que se atenda a**
696 **reivindicação dos representantes da Restinga, hoje aqui presentes, de que o**
697 **Projeto volte a ser aplicado a partir de amanhã.** É encaminhada a votação e por
698 17 votos favoráveis, 4 contrários e nenhuma abstenção é mantida a decisão da
699 Plenária de 21 de dezembro. O Coordenador, OSCAR PANIZ, solicita à Dra. LIZIA
700 como poderíamos agilizar o debate no Grupo de Trabalho. Diz ela que está
701 aguardando as indicações do Conselho Estadual da Mulher, do Conselho
702 Municipal da Mulher, para então constituir-se o Grupo e fazer-se as discussões.
703 Nada mais havendo a tratar o Coordenador do Conselho Municipal da Saúde de
704 Porto Alegre dá por encerrada a mesma, as 21:15 hs, sendo lavrada a presente
705 Ata.

706

707

708 OSCAR RISSIERI PANIZ

AURA MENDONÇA

709 Coordenador do CMS/POA

Secretária

710

Ata aprovada na reunião plenária do dia //